



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0118201-4/01

EMBARGANTE: MUNICÍPIO DE GOIANA

EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA- PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ARTIGO 535, DO CPC. INCABÍVEL A INTERPOSIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ DECIDIDA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1- Analisando os argumentos ventilados pelos embargantes, vislumbro que não levantaram a existência de qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão vergastada, requisitos estes indispensáveis à interposição do recurso de embargo de declaração.

2- Revela-se evidente o propósito dos Embargantes de rediscutir os fundamentos da decisão embargada, o que é incabível nesta via integrativa, cujas hipóteses de cabimento são estreitas e bem delimitadas.

3- Impetrou o Município de Goiana um mandado de segurança sem a instrução adequada, que possibilitaria a formação da prova pré-constituída de seu direito.

4- Inocorrentes as hipóteses do art.535, CPC, não há como prosperar o inconformismo do recorrente;

5 - Embargos Declaratórios rejeitados - à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº **0118201-4/01**, figurando como Embargante o **MUNICÍPIO DE GOIANA** e Embargado o **ESTADO DE PERNAMBUCO**, acordam os Exmos. Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2010

Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0118201-4/01

EMBARGANTE: MUNICÍPIO DE GOIANA

EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

O Município de Goiana ingressou com os presentes Embargos de Declaração (fls. 02/03), com a finalidade de ver reformada decisão terminativa monocrática proferida na Apelação Cível nº 0118201-4.

Segundo o embargante, a decisão vergastada "negou seguimento ao apelo, partindo da premissa de que não restou demonstrada a violação do direito do Município Embargante" (fl.02).

Acrescenta que "foram acostadas as provas de que o Estado de Pernambuco, ao calcular o valor do repasse constitucional que caberia ao Impetrante, está utilizando critérios anômalos para repassar menos do que deveria, excluindo os valores que correspondem aos recebimentos extemporâneos do ICMS, isto é, excluindo a correção monetária, juros de mora, multas tributárias e o montante dos débitos parcelados desse imposto" (fl. 02).

É o relatório.

Recife, 26/01/2010


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0118201-4/01
EMBARGANTE: MUNICÍPIO DE GOIANA
EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Município de Goiana contra decisão terminativa monocrática que negou seguimento recurso de Apelação, mantendo a sentença fustigada.

Analisando os argumentos ventilados pelo embargante, observo que o mesmo não levantou a existência de qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão vergastada, requisitos estes indispensáveis à interposição do recurso de embargo de declaração.

Dessa forma, resta claro que não merece ser acolhida a pretensão do embargante, pois, na verdade, a questão suscitada pelos recorrentes demonstra o seu inconformismo com os fundamentos adotados pelo decisório impugnado, na medida em que pretendem mesmo a reforma do acórdão.

Ora, impetrou o Município de Goiana, inadequadamente, um mandado de segurança contra o Diretor de Planejamento e Controle da Ação Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco. O meio foi inapropriado, tendo em vista que não instruiu adequadamente o *mandamus*, de modo a formar a prova pré-constituída de seu direito. Por esse motivo, foi negado seguimento ao seu recurso de apelação, mantendo-se a sentença proferida pelo Juízo de origem.

Sabe-se que a revisitação meritória da decisão recorrida é vedada em sede de embargos declaratórios, cujo objeto se restringe àquele estabelecido no art. 535 do Código de Processo Civil. É nesse sentido pacífica e numerosa jurisprudência do STJ, como se observa abaixo:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC). (Grifos Acrescidos)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

2. omissis

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 775241 / SP ; Rel Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Órgão Julgador; PRIMEIRA TURMA; Data do Julgamento 25/10/2005; Data da Publicação/Fonte DJ 14.11.2005 p. 228).

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

2. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.

3. Embargos de Declaração rejeitados.

(Grifos acrescidos)

(Edcl no AgRg no Ag 829849/RS; Rel. Min. HERMAN BENJAMIN; Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA; Data do Julgamento: 06/12/2007; Data de Publicação: Dje: 06/03/2008)

Nesse contexto, constatada a inexistência dos requisitos necessários à interposição dos aclaratórios, tenho que o presente recurso não merece ser acolhido, na certeza de que o mesmo não é o meio adequado para insurgência meritória, a teor do art. 535, CPC.

Diante dos argumentos esposados, que adoto como razões de decidir, **VOTO pela rejeição** dos Embargos Declaratórios, mantendo incólume a decisão terminativa proferida.

Recife, 26/01/2010

Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Relator